LEI Nº 721, DE 05 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a conciliação, transação e desistência nos processos da competência dos Juizados Especiais que a Fazenda Pública Municipal seja parte.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Nas demandas de competência dos Juizados Especiais que a Fazenda Pública Municipal seja parte, o Município será representado pelo Secretário Municipal de Governo ou por pessoa por ele designada, que poderá delegar, por escrito, a advogados ou não, autorização para conciliar, transigir, deixar de recorrer, desistir de recursos interpostos ou concordar com a desistência do pedido.

Art. 2º O Secretário Municipal de Governo poderá autorizar a realização de acordos ou transações, em fase pré-processual ou processual, nas causas de valor até 40 (quarenta) salários mínimos.

Art. 3º É vedada a realização de acordo nos Juizados Especiais em causas de valor superior a 40 (quarenta) salários mínimos, salvo se houver renúncia do montante excedente.

Parágrafo Único Quando a pretensão versar sobre as obrigações vincendas, a conciliação ou transação somente será possível caso a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas, não exceda o valor de 40 (quarenta) salários mínimos, salvo se houver renúncia do montante excedente.

Art. 4º O acordo ou a transação celebrado diretamente pela parte ou por intermediário de procurador para extinguir processo judicial, inclusive nos casos de extensão administrativa de pagamentos postulados em juízo, implicará sempre a responsabilidade de cada uma das partes pelo pagamento dos honorários de seus respectivos advogados, mesmo que tenham sido objeto de condenação transitada em julgado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

União de Minas/MG, 05 de setembro de 2013.

Antonio Guilherme Nunes
- Prefeito -